http://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v39a2025-77937

A noção de cultura na obra de John Dewey

Rodrigo Augusto de Souza[*]

Resumo: Este artigo reporta um estudo sobre a noção de cultura na obra de John Dewey (1859-1952). A delimitação do objeto de investigação se concentrou nas obras *Liberalismo, Liberdade e Cultura* e *Democracia e Educação*. O tema cultura em Dewey é apresentado como um objetivo da educação, ao lado da eficiência social. O filósofo, para forjar a sua concepção de cultura, convergiu a atenção na análise de ideias e conceitos de renomados pensadores, tais como: Rousseau, Kant, Hegel, Hobbes e Jefferson, os quais foram apropriados, interpretados e criticados por Dewey. Para este, as condições culturais são imprescindíveis para a transformação da natureza humana por meio da educação; a cultura livre e a liberdade política são fundamentais para garantirem uma sociedade autenticamente democrática. Portanto, não há democracia sem uma cultura democrática formada nos indivíduos e na sociedade pela escola pública. Dewey, ainda, atento ao contexto histórico da década de 1930, examinou a manipulação da cultura e das artes pelo totalitarismo, pelas ditaduras e pelos regimes autoritários. Além disso, as condições culturais são indispensáveis para formar e preservar a democracia, estabelecendo limites para as pretensões do totalitarismo, das ditaduras e do autoritarismo.

Palavras-chave: John Dewey; Cultura; Educação; Democracia; Natureza Humana.

[*] Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor em Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: rodrigoaugustobr@gmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/7979978778208457. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8797-9367.

The notion of culture in the work of John Dewey

Abstract: This article reports a study on the notion of culture in the work of John Dewey (1859-1952). The delimitation of the object of investigation focused on the works Liberalism, Freedom and Culture and Democracy and Education. The theme culture in Dewey is presented as an objective of education, alongside social efficiency. The philosopher, to forge his conception of culture, focused his attention on analyzing the ideas and concepts of renowned thinkers, such as: Rousseau, Kant, Hegel, Hobbes and Jefferson, which were appropriated, interpreted and criticized by Dewey. For him, cultural conditions are essential for the transformation of human nature through education; free culture and political freedom are fundamental to guaranteeing an authentically democratic society. Therefore, there is no democracy without a democratic culture formed in individuals and society by public schools. Dewey still, attentive to the historical context of the 1930s, examined the manipulation of culture and the arts by totalitarianism, dictatorships and authoritarian regimes. Furthermore, cultural conditions are essential to form and preserve democracy, setting limits to the intentions of totalitarianism, dictatorships and authoritarianism.

Keywords: John Dewey; Culture; Education; Democracy; Human Nature.

La notion de culture dans l'œuvre de John Dewey

Résumé: Cet article présente une étude sur la notion de culture dans l'œuvre de John Dewey (1859-1952). La délimitation de l'objet de recherche s'est centrée sur les œuvres Liberalism, Freedom and Culture et Democracy and Education. Le thème de la culture chez Dewey est présenté comme un objectif de l'éducation, aux côtés de l'efficacité sociale. Le philosophe, pour forger sa conception de la culture, a concentré son attention sur l'analyse des idées et concepts de penseurs renommés tels que Rousseau, Kant, Hegel, Hobbes et Jefferson, qui ont été appropriés, interprétés et critiqués par Dewey. Pour lui, les conditions culturelles sont essentielles à la transformation de la nature humaine par l'éducation; une culture libre et la liberté politique sont fondamentales pour garantir une société authentiquement démocratique. Ainsi, il n'y a pas de démocratie sans une culture démocratique formée chez les individus et dans la société par l'école publique. Dewey, attentif au contexte historique des années 1930, a également examiné la manipulation de la culture et des arts par les régimes totalitaires, les dictatures et les régimes autoritaires. De plus, les conditions culturelles sont essentielles pour former et préserver la démocratie, en posant des limites aux intentions du totalitarisme, des dictatures et de l'autoritarisme.

Mots-clés: John Dewey; Culture; Éducation; Démocratie; Nature Humaine.

Introdução

Este estudo sobre a noção de cultura na obra de John Dewey (1859-1952) está fundamentado, por ordem de importância, nos seguintes livros do filósofo norte-americano, publicados no Brasil: *Liberalismo, Liberdade e Cultura* e *Democracia e Educação*. A primeira edição de *Liberalismo, Liberdade e Cultura* foi publicada em 1970, com tradução e apresentação de Anísio Teixeira, como parte da coleção Cultura, Sociedade e Educação, dirigida pelo educador baiano, em colaboração com a Universidade de São Paulo (USP). Oportuno ressaltar que essa obra consiste em uma reunião de dois livros de Dewey publicados nos Estados Unidos: *Liberalism & Social Action*, de 1935, e, *Freedom and Culture*, de 1939, que formam, respectivamente, a primeira e a segunda partes da edição brasileira. A versão utilizada para *Democracia e Educação* é a quarta edição, de 1979, traduzida por Godofredo Rangel e Anísio Teixeira, e acrescida por um estudo preliminar de Leonardo Van Acker, que integrou o volume 21 da coleção Atualidades Pedagógicas, sob a direção de J. B. Damasco Penna, embora a primeira edição dessa obra no Brasil date de 1936. Cabe esclarecer que ambas as obras foram publicadas pela prestigiosa Companhia Editora Nacional.

Entre os filósofos citados por Dewey (1970, 1979a), que serviram para forjarem a sua noção de cultura, estão Hegel, Rousseau, Hobbes e Kant. A maior atenção dada pelo filósofo norte-americano foi às ideias de Rousseau. Dewey (1970) considerou relevantes os argumentos do filósofo genebrino que, em sua opinião, teria sido o primeiro a problematizar o antagonismo entre natureza e cultura. Na visão deweyana, Rousseau (1989, 2006) foi um crítico da cultura estabelecida na sua época. O autor *Do Contrato Social*, de acordo com Dewey, teria demonstrado que a cultura, bem como a sociedade e a educação poderiam corromper a natureza humana, acarretando-lhe danos irreversíveis. Seria com o intuito de reverter essa situação que Rousseau teria proposto uma reforma educacional baseada no naturalismo pedagógico.

Por sua vez, Dewey foi, ao mesmo tempo, adepto e um crítico das ideias de Rousseau. Foi-lhe adepto porque assumiu vigorosamente a defesa do naturalismo, embora fundamentado pelas ideias de Darwin e do pragmatismo. Além de ter demonstrado adesão ao seu ideário pedagógico. No entanto, também foi um crítico, pois o filósofo estadunidense defendeu que a sua filosofia fosse considerada um tipo naturalismo, certamente diverso do rousseauniano.

De fato, o naturalismo de Dewey foi permeado de suas consistentes leituras e interpretações de Kant (2009, 2003) e Hegel (2008, 2013). Isso lhe impediu de incorrer em certo romantismo sobre a natureza humana. Dewey foi capaz de notar os limites do pensamento de Rousseau e essa percepção foi resultado de suas leituras da filosofia germânica, principalmente de Kant e Hegel, de cujas obras foi exímio conhecedor. Dewey mostrou apreço pelo criticismo e o idealismo, isso ofereceu marcas originais e peculiares ao seu naturalismo. Sua defesa do naturalismo não lhe levou à glorificação do estado de natureza hobbesiano, tampouco à exaltação do espírito "roto" ou "embotado", criticado por Kant (2009), que seria característico do homem rude, entregue à sua própria natureza. Contudo, outros filósofos como Jefferson, Smith, Lenin e Nietzsche são citados com menor incidência entre os demais.

Na primeira parte do estudo se investigará a cultura como o objetivo da educação, tendo por referência o livro *Democracia e Educação*. Nas seções subsequentes serão desenvolvidos os temas do dualismo natureza *versus* cultura, que afrontará as teses de Rousseau, da cultura livre e da liberdade política; trará uma crítica a Hobbes; e uma análise da noção de cultura forjada por Dewey. A última parte deste trabalho privilegiará uma interlocução com a obra *Liberalismo, Liberdade e Cultura*.

A cultura como o objetivo da educação

Dewey (1979a, p. 132) iniciou sua reflexão indagando se a eficiência social poderia ser considerada um objetivo da educação coerente com a cultura. No intuito de responder à sua questão, o filósofo compreendeu duas concepções divergentes de cultura. A primeira versou sobre a cultura como "coisa tratada" e "amadurecida". A segunda, por sua vez, seria a oposição baseada na cultura com o "bruto" ou o "cru", que se sustentaria na identificação do "natural" com a bruteza. Nessa parte da análise, Dewey pareceu afrontar os argumentos de Rousseau (2006) sobre a pedagogia naturalista, questionando principalmente a ideia de natureza. Para Dewey (1979a, p. 132), "a cultura se opõe ao que chamamos desenvolvimento natural". Isso acarretou o antagonismo entre cultura e natureza, que se tornou o foco da atenção do importante filósofo estadunidense.

No desenvolvimento dos seus argumentos sobre as noções de cultura e eficácia social como objetivos da educação, Dewey (1979a, p. 132) aprofundou, sobretudo, a sua interpretação da cultura. Para o filósofo, a cultura é entendida como algo pessoal; é o cultivo da apreciação das ideias; da arte e dos interesses humanos mais gerais. Essa foi a definição de cultura elaborada por Dewey, que parece ser herdeira dos estudos deweyanos sobre Hegel. A tese de que a cultura é algo pessoal supõe o seu processo de assimilação pelos indivíduos. A cultura precisa ser efetiva na vida do indivíduo.

Mais adiante, apresentar-se-á a rejeição deweyana da cultura como algo meramente espiritual e sua aproximação com a ideia de natureza, sob outras perspectivas. Ainda, de acordo com Dewey, a cultura é a capacidade da apreciação de ideias. De novo, a herança hegeliana pareceu repercutir nas formulações de Dewey. O filósofo comparou a cultura com uma capacidade de desenvolver o pensamento e, ainda mais, compreender e apreciar o significado das ideias. Desse modo, a cultura pode ser investigada com uma espécie de atividade intelectual e reflexiva.

Para Dewey (2010), a cultura ainda estaria associada com a arte. Nesse sentido, o pedagogo e filósofo norte-americano foi um grande

estudioso da arte e da estética compreendidas como formas de experiência para os indivíduos. O último aspecto defendido por Dewey compreende a concepção de cultura como o cultivo dos interesses humanos mais gerais. Mais uma vez seria possível recorrer a Hegel na sua definição de que o verdadeiro é o todo ou, ainda, que de que o verdadeiro conhecimento é aquele que aspira o universal. Nesse ponto reside a vinculação entre cultura e eficácia social. A cultura presente no indivíduo supõe uma ética social que o leva a se associar com os outros a fim de melhorar a vida social com base em suas capacidades e habilidades.

Após apresentar aspectos da sua concepção de cultura, Dewey (1979a) procurou deter-se na análise da ideia de eficiência social. Por conseguinte, mostrou duas visões divergentes. De acordo com a primeira proposição, a eficiência seria entendida como restrita a uma série de atos ou operações, numa visão subsidiada pelos fundamentos do naturalismo, positivismo e materialismo. Essa é a percepção é rejeitada por Dewey. Segundo suas reflexões, a eficiência deve identificar-se com o espírito e a significação da atividade. A eficiência estaria ligada com a atividade em seu espírito e significação, ou seja, em sua intencionalidade e no seu sentido para a vida do indivíduo e da sociedade. Por isso, a eficiência social não seria medida por critérios meramente quantitativos.

Segundo Dewey, a cultura se opõe à eficiência (Dewey, 1979a, p. 132). Assim, sua filosofia seria também uma tentativa de superação do dualismo entre cultura e eficiência. Numa outra possibilidade de conceituação, Dewey considerou que a cultura pode ser o desenvolvimento completo da personalidade do indivíduo. Desse modo, Dewey aproximou-se de uma compreensão psicológica do tema cultura ao associá-lo ao desenvolvimento completo da personalidade. O resultado da cultura se identifica com a "verdadeira significação da eficiência social" (Dewey, 1979a, p. 132). A cultura procuraria formar o indivíduo. Formaria, igualmente, personalidades distintas. Há, então, um aspecto formativo na cultura ao contribuir com a educação de diferentes personalidades. A dimensão psicológica e formativa da cultura foi ressaltada por Dewey. Além disso, a função da cultura não é uniformizar ou padronizar a vida e o comportamento dos indivíduos. Ao

contrário, a intenção da cultura não é normatizar a personalidade a um padrão, mas favorecer a formação de personalidades distintas. Portanto, a diferença não é posta como obstáculo ao desenvolvimento da sociedade, visto que viver numa sociedade democrática requer aprender a conviver com personalidades distintas e indivíduos diferentes.

Ao formar indivíduos distintos, a cultura favoreceria "esperanças de serviços sociais bem maiores do que o simples fornecimento quantitativo de utilidades materiais" (Dewey, 1979a, p. 132). Os indivíduos distintos, isto é, com diferentes aptidões, habilidades, capacidades e profissões contribuiriam com serviços sociais proporcionalmente distintos que, por extensão, enriqueceriam a eficiência social. Dewey (1979a) rejeitou a eficiência social como um simples fornecimento quantitativo de utilidades materiais. Em simultâneo, o filósofo recusou as perspectivas quantitativas, utilitaristas e materialistas para o entendimento da eficiência social. Em face disso, Dewey precisou argumentar que a cultura não resulta de quantidade nem utilidade material. A consequência da união da cultura com a eficiência social seria uma sociedade digna, a qual seria formada de indivíduos de significativas qualidades pessoais.

Dewey percebeu algumas consequências maléficas da oposição entre o "alto valor de uma personalidade" e a "eficiência social" (Dewey, 1979a, p. 133). Ao combater uma visão de cultura aristocrática, desinteressada e elitista, Dewey propôs uma função social para a cultura. Ao insistir na separação entre os indivíduos de "alto valor" e a eficiência social, ter-se-ia como efeito "uma sociedade organizada 'feudalmente' com sua rígida divisão entre superiores e inferiores" (Dewey, 1979a, p. 133). Aqui temos as conhecidas críticas de Dewey à herança medieval presente na modernidade. A intenção de Dewey seria a formação de uma sociedade sem superiores e inferiores, radicalmente democrática, composta por indivíduos com personalidades distintas a desempenharem funções sociais diferentes. Com efeito, isso se aproximaria daquilo que Cunha (2001) chamou de utopia democrática.

Nessa sociedade democrática, de acordo com Dewey (1979a), a cultura não deveria ser um privilégio dos superiores. Não há o

engrandecimento da cultura erudita em detrimento da cultura popular. Essa oposição seria sintoma de uma sociedade autoritária, desigual e propensa à aristocracia. Na sociedade, com a oposição entre cultura e eficiência social, os indivíduos "superiores" têm tempo e oportunidade para se desenvolverem como seres humanos. Por seu turno, os indivíduos "inferiores" se limitam a fornecer produtos materiais pelo trabalho. Aqui a cultura permaneceria como um privilégio das elites. As classes populares seriam privadas do acesso aos bens culturais e, principalmente, impedidas no desenvolvimento da personalidade e da própria humanização dos indivíduos, pois estariam obrigadas e condenadas ao trabalho.

Dewey aprofundou suas críticas a uma visão elitista da cultura. Asseverou que a sociedade não deve ser uma comunidade aristocrática. A sociedade deve ser democrática. Quando somente os tidos como "superiores" têm acesso à cultura, pratica-se a estimação depreciativa das massas. Ou seja, dar aos "superiores" o monopólio da posse da cultura significa depreciar as classes populares. Além de ser uma injustiça, é uma forma de violência e desigualdade que contribui com uma sociedade deficitária. Não se mede a eficiência social por produtos, nem se considera a produção como o ideal de uma sociedade democrática. É possível entrever uma crítica indireta de Dewey (1979a) à sociedade industrial. A eficiência de uma sociedade não se mede pela produção, pois não se deve considerar a produção como garantia de eficiência em uma sociedade democrática. O grau de eficiência de uma sociedade democrática não é medido por critérios produtivistas.

Na obra de Dewey, a democracia tem uma significação moral e ideal. Nesse sentido, ela é parte da formação ética e intelectual dos indivíduos. Quando Dewey afirmou que a democracia possui uma significação moral e ideal, pode-se depreender que ela não é uma apenas uma imposição externa aos indivíduos, mas, sobretudo, uma escolha moral, resultado do pensamento. Os indivíduos, movidos por suas escolhas éticas baseadas em suas ideias, livremente optam pela democracia como a forma de vida mais digna dos seres humanos. Assim, a democracia não é uma abstração, um conceito vazio, sem efetividade, mas possui significado

prático na vida dos indivíduos. A democracia exige de todos a retribuição social. O indivíduo deve contribuir com a sociedade que ele integra, da qual ele mesmo é parte.

Na óptica deweyana, a democracia proporcionaria a todos a oportunidade para o desenvolvimento das suas aptidões distintivas. O movimento da contribuição individual com a sociedade não é unilateral. Em uma dinâmica de reciprocidade, a sociedade deveria favorecer aos indivíduos o desenvolvimento também de suas aptidões e habilidades peculiares.

A cultura não objetiva uniformizar os indivíduos. A separação da retribuição social e do desenvolvimento dos indivíduos é fatal para a democracia. Isso geraria indivíduos descomprometidos com o bem comum, sem responsabilidade social, favorecendo a desigualdade. A sociedade deveria proporcionar meios, recursos e possibilidades para o desenvolvimento dos indivíduos. Quando a sociedade nega aos indivíduos o desenvolvimento de suas aptidões, ela fomenta o seu descrédito e se deslegitima. O dualismo indivíduo *versus* sociedade supõe a sua superação para que ambos possam colaborar entre si.

Contudo, não se deve ter um entendimento restrito da eficiência social, nem a reduzir à produção de materiais. O nível de eficiência de sua sociedade não é medido pelos produtos materiais que ela é capaz de produzir, por mais sofisticados que eles sejam. A eficiência social seria medida pelo nível de colaboração recíproca entre os indivíduos e a sociedade que eles integram. Isso seria uma sociedade autenticamente democrática, onde indivíduo e sociedade estão implicados entre si.

A eficiência social, ao lado da cultura, é um objetivo educacional. Por isso, ela também deve ser incluída no processo de experiência. Aqui, é importante compreender a noção de experiência em Dewey (1979b), a qual possui peculiaridades em relação à tradição filosófica do empirismo. Sob esse enfoque, a noção deweyana de experiência é um modo de superação dos dualismos e antagonismos que marcaram a história do pensamento filosófico. Desse modo, além de incluir a vida individual e social, as questões gnosiológicas e epistemológicas, a experiência para Dewey (1959)

pretenderia uma reforma, ou melhor, uma reconstrução do ato de pensar. Isso significaria não pensar mais por meio de dualismos e antagonismos, mas com base na unidade da experiência.

Dewey (1979a) considerou que se deve evitar a concepção materialista de eficiência social. A medida da eficiência seria feita pela realização de uma experiência qualitativamente valiosa, ou seja, a eficiência social poderia ser medida em termos qualitativos, e não meramente quantitativos. O filósofo não rejeitou os eventuais benefícios materiais da eficiência social, contudo, considerou-os inferiores à dimensão qualitativa. Os resultados das utilidades materiais da eficiência social, provenientes de uma personalidade eficiente, seriam considerados subprodutos da educação.

A cultura, em Dewey (1979a, p. 133), não deveria ser vista como algo apenas interior, visto que "há uma falsa concepção de cultura, como coisa exclusivamente interior". A afirmação do pensador foi categórica: "a cultura espiritual é um bem inútil" (Dewey 1979a, p. 133). Desse modo, rejeitava a ideia de uma cultura elitista desinteressada, sem incidência social e prática na vida do indivíduo e da sociedade. A cultura não seria algo exclusivamente interior ou espiritual, confinada às esferas do subjetivismo radical, pois, para Dewey, tal abordagem teria algo de maléfico. Segundo sua visão, a cultura não é algo interior, íntimo e exclusivo do homem.

De acordo com Dewey (1979a), a cultura se relaciona com outras pessoas, deve ser livre e de plena comunicação. Isso quer dizer que a cultura seria um algo interpessoal, que supõe a liberdade, interior (de pensamento) e exterior (individual, social e política). Ainda, estaria baseada na plena comunicação, isto é, a cultura fomenta a formação da identidade de uma comunidade e a socialização dos indivíduos. Para Dewey (1979a), a cultura não é um solitário requinte e um polimento, visto que essa leitura seria nociva para o desenvolvimento social.

A "vocação" dos indivíduos, nos termos defendidos por Dewey (1979a), seria proporcionar resultados úteis para outrem num processo de experiência que tem valor em si mesmo. A realização plena de um indivíduo,

na sua dimensão vocacional ou profissional, não se encerraria em si mesma. É preciso que o trabalho eficiente individual beneficie também o outro. Não se trata de formar indivíduos egoístas unicamente dedicados ao próprio interesse. Mas, antes, os indivíduos seriam profissionais altruístas, conscientes da função social do seu trabalho.

> *Erraram sua vocação* todos os indivíduos, sejam lavradores, médicos, professores ou estudantes, que não compreenderam que *as realizações de resultados úteis para outrem acompanham um processo de experiência que tem valor por si mesmo*. Porque, então, pensar-se que a pessoa deve escolher entre *sacrificar-se* para fazer coisas úteis aos outros ou *sacrificar esses outros* para demandar seus próprios e exclusivos fins, quer sejam a salvação da própria alma ou a edificação interior de uma vida e personalidade espirituais? *Não há maior tragédia do que o fato de terem as concepções espirituais e religiosas do mundo dado tanto relevo aos dois ideais do sacrifício pessoal e do autoaperfeiçoamento espiritual, em vez de combater este dualismo na vida*. Esse dualismo já se arraigou muito profundamente para ser facilmente extirpado; mas, por esta razão, *a tarefa especial da educação nos tempos atuais é lutar em prol de uma finalidade em que a eficiência social e a cultura pessoal sejam coisas idênticas e, não, antagônicas* (Dewey, 1979a, p. 133, grifos meus).

A ênfase de Dewey (1979a) na educação vocacional evidenciou a valorização da psicologia educacional sobre as demais áreas do conhecimento que compõem a pedagogia. Por sua vez, Dewey (1979a), numa abordagem naturalista, consideraria a existência de aptidões naturais e, ao mesmo tempo, levaria em conta os interesses individuais presentes na constituição daquilo que ele chamou de vocação. Ao defender a educação vocacional, Dewey não reforçou uma compreensão aristocrática da formação escolar, tampouco insistiu numa educação individualista ou egoísta, na qual o indivíduo está desconectado da sociedade e dos interesses sociais de contribuir com outrem na realização do seu trabalho profissional.

Ao argumentar em favor da superação do dualismo entre eficiência social e cultura pessoal, Dewey (1979a) aproveitou para criticar o ideário do sacrifício individual ou comunitário em favor de fins próprios ou espirituais. A educação ou o desenvolvimento da cultura não é um tipo de sacrifício. Ao contrário, a educação em Dewey é também prazerosa porque está vinculada com as aptidões e os interesses individuais e coletivos. Nesse aspecto, Dewey esteve mais próximo do epicurismo do que do estoicismo, por exemplo. Deve-se fazer coisas úteis aos outros não para garantir a salvação fora do mundo ou o aperfeiçoamento espiritual, mas porque isso incorre em satisfação e benefício ao indivíduo e à sociedade. Então, a educação baseada no sacrificar-se pelos outros ou no sacrificar os outros em benefício individual seria inócua por não ser plenamente vocacional nem estar sintonizada com as aptidões, não favorecendo o interesse pessoal e coletivo. Além disso, os fins desse sacrifício seriam individualistas ou egoístas, no fundo, porque objetivariam a salvação pessoal ou o próprio aperfeiçoamento espiritual, ignorando a utilidade social como objetivo principal. Nesse ponto de sua reflexão, Dewey (1979a) realizou a crítica das concepções religiosas e espirituais.

O esforço de Dewey (1979a) procurou demonstrar que a cultura pessoal e a eficiência social deveriam ser coisas idênticas e não antagônicas. Na pedagogia do autor seriam objetivos e tarefas da educação: o desenvolvimento de acordo com a natureza; a eficiência social; e a cultura ou enriquecimento mental e pessoal.

> Mas *a eficiência social, como finalidade educativa, deve significar o cultivo de participar-se livre e plenamente das atividades comuns*. *Isto é impossível sem a cultura e, ao mesmo tempo, nos recompensa* [sic] *com mais cultura*, porque não podemos colaborar com outrem sem aprendermos com isso alguma coisa – sem nos alçarmos a um ponto de mais largo descortino e perceber coisas que, se não fosse isso, ignoraríamos. Por essa causa *não há talvez melhor definição de cultura do que dizer-se que é a capacidade de expansão contínua da quantidade e profundidade de nossas percepções e ideias* (Dewey, 1979a, p.135, grifos meus).

A definição deweyana de cultura se aproximou de uma abordagem psicológica e filosófica, particularmente de inspiração hegeliana. A dimensão psicológica foi ressaltada quando Dewey (1979a) definiu a cultura como uma percepção, quase em uma acepção fenomenológica do assunto. De outra parte, a cultura também é a produção de ideias. Essa ênfase nas ideias revela uma herança hegeliana de Dewey. Ao sustentar seu argumento, Dewey não defendeu, como já se demonstrou, uma concepção idealista ou meramente espiritual de cultura, mas mostrou que a cultura, além da eficiência social, permite o desenvolvimento do pensamento e das ideias nos indivíduos.

A cultura, para Dewey, ainda suporia uma expansão da capacidade contínua da quantidade e da profundidade ao tratar das percepções e das ideias. Os aspectos da quantidade e da profundidade favorecem a junção das nuances quantitativas e qualitativas no plano da cultura. A cultura não seria apenas um fazer material, a produção de coisas úteis. Embora isso também seja cultura, ela é muito mais. A profundidade indicaria uma capacidade de reflexão que vai aos fundamentos, à radicalidade do conhecimento. Sendo assim, a cultura seria uma forma de reflexão profunda, não baseada na superficialidade e muito menos em preconceitos. Não há eficiência social sem cultura.

O dualismo natureza *versus* cultura

A ideia de que a cultura se oporia à natureza já tinha sido problematizada por Dewey na obra *Democracia e Educação*, de 1916. O filósofo pareceu adotar uma posição conciliatória em face do antagonismo natureza e cultura. Defendeu que o antagonismo deveria ser superado e que ambas as dimensões possuem o seu contributo indispensável à definição de cultura. Dewey (1970) não realizou isso sem antes afrontar pensadores relevantes para a constituição do seu pensamento, a saber: Jean-Jacques Rousseau, Immanuel Kant, Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Thomas

Hobbes e Thomas Jefferson, como mencionado anteriormente. A atenção principal recaiu sobre Rousseau, autor determinante na formulação das concepções e ideias deweyanas. Ao tentar estabelecer um equilíbrio entre natureza e cultura e evitar esse dualismo, Dewey procurou unificá-los na forma da reconstrução da experiência.

Na obra *Liberalismo, Liberdade e Cultura*, na edição brasileira de 1970, a cultura foi discutida por Dewey junto aos temas liberdade, política e sociedade. A tradição do liberalismo, especialmente nos Estados Unidos, foi evocada por Dewey (1970) para investigar as nuances da cultura, pois, para Dewey (1970, p. 100), a "cultura livre é capaz de gerar a liberdade política". É interessante perceber que Dewey (1970, p. 100) defendeu uma cultura "tão livre" que fosse capaz de gerar a liberdade política, ou seja, não caberia nenhum tipo de censura nem controle sobre a cultura. Seria preciso que ela se desenvolvesse sob os pressupostos de absoluta liberdade. Dewey se referiu a uma intensidade de liberdade para a cultura. A cultura livre, na visão deweyana, concebe e gera a liberdade política. Por sua vez, a liberdade política seria uma consequência e um acompanhamento da cultura livre. Esses dois termos, cultura livre e liberdade política estão imbricados e se retroalimentam na dinâmica da vida social.

A importância da cultura livre pode ser medida pelo estado das ciências, dos saberes, das artes, da convivência humana, da vida familiar e da vida econômica em uma sociedade. Por isso, a liberdade e a cultura estariam intrinsecamente vinculadas para Dewey. São fatores determinantes, para isso, a liberdade política, a cultura livre e as instituições democráticas.

> Qual, nessa *cultura*, o *estado da ciência e do saber*; *das artes, belas e tecnológicas; da amizade e da vida de família; dos negócios e da finança; das atitudes e disposições criadas no dar e receber do dia a dia da vida associada? Seja qual for a constituição inata da natureza humana*, suas atividades funcionais, aquelas que respondem pelas instituições e regras e, em suma, moldam o padrão destas últimas, *são criadas por todo o corpo de ocupações, interesses, habilidades, crenças*

> *que constituem uma dada cultura* (Dewey, 1970, p. 100, grifos meus).

A cultura possui uma função fundamental sobre a constituição inata da natureza humana. Com isso, Dewey (1970) evitou o determinismo naturalista que afirmava o primado da natureza sobre a cultura. A famosa tese rousseauniana de que a sociedade e a cultura corrompem a natureza humana representa esse tipo de determinismo. Não há a defesa de uma metafísica naturalista no pensamento de Dewey. Trata-se do contrário, a cultura contribui favoravelmente com o desenvolvimento e o aprimoramento da natureza humana. Na opinião de Dewey (1970), a cultura molda os padrões para as atividades funcionais por meio das ocupações, habilidades e crenças. As instituições e as regras surgem e representam uma dada cultura, que não é fechada nem estanque, mas, antes, encontra-se em contínua expansão e transformação.

Com base na interpretação de Dewey (1970), Rousseau teria um posicionamento filosófico em defesa da natureza humana e, por isso, intentou liberar o ser humano das opressões realizadas principalmente pelo Estado e pela Igreja, que detinham o monopólio da cultura na sua época e eram pessimistas em relação à natureza humana.

> O erro primário foi o de formular as questões como se fossem questões da estrutura dos seres humanos, de um lado, e, do outro, da própria natureza da autoridade e das regras sociais, quando na realidade a questão fundamental era a da relação entre o "natural" e o "cultural". *O ataque de Rousseau às artes e ciências (como também ao governo e leis existentes) chocou seus contemporâneos do século XVIII, porque as coisas que ele clamava estarem operando para corromper a natureza humana, criando a desigualdade, eram as próprias coisas em que confiavam para produzir o indefinido progresso humano*. Contudo, *pondo toda ênfase sobre a natureza humana* e lhe dando todas as vantagens, desde que, para ele, *a despeito da condição dessa natureza ser ainda primitiva e não refinada*,

> conservava ela a sua natural bondade, enquanto a perda da igualdade original não produzisse as condições que a corrompiam; Rousseau, de certo modo, levantou o problema da natureza *versus* cultura (Dewey, 1970, p. 122, grifos meus).

Ensejou Dewey (1970) dirigir suas críticas a Rousseau a respeito da noção de natureza humana. Sagaz leitor de Kant, Dewey classificou como "primitiva" e "não refinada" a concepção de natureza humana de Rousseau, cujo mérito estaria em lançar luzes sobre o dualismo natureza e cultura, justamente esse antagonismo que Dewey procurou superar, entre outros. Já Kant, tempos depois, ainda no curso do Iluminismo, posicionou-se mais ao lado da cultura, conforme a tradição filosófica baseada no emprego da palavra alemã *Kultur* (Dewey, 1970, p. 123). Dewey, por sua vez, tentou encontrar uma solução conciliatória, que previa a união dos dois pares antagônicos: natureza humana e cultura.

> *Kant e seus sucessores germânicos*, tomando o desafio lançado pelos *impopulares paradoxos de Rousseau*, *tentaram inverter a sua posição e interpretaram toda a história como o contínuo processo da cultura*, pelo qual a natureza animal original do homem se refinou e *se transformou de natureza animal em natureza distintamente humana* (Dewey, 1970, p. 123, grifos nossos).

Dewey (1970) pareceu compartilhar da distinção realizada por Kant sobre a ideia de natureza. Ao distinguir a *natureza animal* da *natureza humana*, esse último chamou a atenção para o papel crucial exercido pela cultura na formação dos seres humanos. Como o excerto citado supõe, o filósofo alemão tentou inverter a posição de Rousseau, dando ênfase na função desempenhada pela cultura e pela história na transformação da natureza animal em natureza humana. Essa transformação, que se dá pela apropriação da cultura presente na história, chama-se educação.

Nesse sentido, Kant foi além de Rousseau, cuja visão a respeito da natureza humana era um tanto simplista. Desse modo, Kant separou a

natureza animal da natureza humana e concluiu que a primeira é rude, embotada, primitiva e não-civilizada, portanto, ela não poderia ser naturalmente boa. A bondade, por exemplo, é resultado da formação ética de um indivíduo e não uma atitude espontânea e gratuitamente natural. A formação transforma a vida de um indivíduo, modificando sua natureza, ou melhor, transformando-a efetivamente em natureza humana.

A posição de Dewey (1970) no debate de ideias, presente na sua obra, entre Kant e Rousseau pareceu ser ambígua e contraditória. Ao lado de Rousseau, Dewey assumiu as críticas aos agentes corruptores da "natureza humana", ampliando-as para novas perspectivas. Contudo, mostrou a insuficiência e a visão simplista de sua ideia de natureza humana. Isso porque sua interpretação de Rousseau foi mediada pela leitura de Kant. A compreensão deweyana da natureza humana se distanciou do determinismo naturalista de Rousseau. Embora a filosofia de Dewey também fosse um tipo de naturalismo, ela não incorreu na defesa de um naturalismo vulgar, segundo o qual a bondade humana é algo natural e a cultura e a sociedade são totalmente agentes corruptores da natureza.

Ao adotar uma atitude mais reformista ou de transformação, Dewey assumiu a centralidade da cultura para a formação humana, uma herança da filosofia kantiana. Mas essa cultura não seria a "cultura dominante" (Dewey, 1970, p. 101). Válido notar como Dewey utilizou a expressão *cultura dominante* para distinguir suas ideias de qualquer perspectiva aristocrática ou elitista. A cultura em Dewey não significa apenas a cultura erudita da aristocracia e das elites, pois a cultura popular também encontrou espaço e lugar em seu pensamento. Aproximando a ideia de cultura das contribuições da antropologia e da sociologia, Dewey (1970, p. 119) não reforçou a dominação cultural para as classes populares e defendeu a legitimidade de suas expressões culturais. A educação não é uma forma de violência simbólica, de imposição da cultura dominante para as classes populares.

Dewey (1979a, p. 360) asseverou que "estas filosofias caseiras são legítimas e muitas vezes adequadas [...], mas não resultam em sistemas

filosóficos". A respeito da separação entre a filosofia popular e a filosofia das elites, considerou o filósofo: "Não se pode esperar que uma casta dominante e que vive em meio ao conforto conceba uma filosofia de vida igual à casta que luta penosamente pela sua subsistência" (Dewey, 1979a, p. 360). A partir dessas premissas, pode-se inferir que Dewey defendeu a legitimidade dos saberes, da filosofia e da cultura popular.

Segundo Dewey, Rousseau teria o mérito de ter chamado a atenção para o problema filosófico da relação entre a natureza e a cultura. Embora se posicionasse ao lado da natureza humana, proporcionou uma proveitosa discussão filosófica sobre as tensões e os embates envolvidos nesse antagonismo. Ao realizar sua crítica social e cultural, Rousseau pretendia libertar a natureza humana da corrupção e da opressão realizada principalmente pelo Estado e pela Igreja. Dewey se apropriou dessa crítica rousseauniana e mostrou que existiriam outros agentes corruptores e opressores da natureza humana no contexto do século XX, tais como as instituições sociais e políticas, associações, o próprio capitalismo, entre outros. De certo modo, Dewey renovou a crítica de Rousseau, ampliando-a para outros pressupostos.

Cultura, liberdade e democracia

Dewey (1970) concentrou-se nas relações entre a cultura e a liberdade, com o intuito de favorecer o desenvolvimento da democracia. Buscava uma cultura que fosse livre em si própria. O grande problema afrontado por Dewey foi: que tipo de cultura é livre para conceber e gerar a liberdade política? Em face disso, o filósofo dispôs o problema da liberdade anteriormente à elaboração de sua noção de cultura. Somente um indivíduo que goza de liberdade no seio de uma sociedade livre pode fomentar uma cultura capaz de conceber e gerar a liberdade política.

Essa liberdade individual não seria absoluta nem superior ao poder das instituições livres e democráticas. Em sua reflexão sobre a cultura, a liberdade e a democracia, Dewey recorreu a pensadores como

Thomas Jefferson, entre outros "[Pais] Fundadores (*Founding Fathers*)" (Dewey, 1970, p. 101), da tradição dos primeiros republicanos dos Estados Unidos; Thomas Hobbes, de quem analisou a ideia de contrato social e criticou a concepção de natureza humana; e, ainda, investigou a situação da cultura na antiga União Soviética, particularmente citando Vladimir Lenin. Some-se a isso, a preocupação do filósofo sobre o estado da cultura ante o crescente nacionalismo alemão, o estado totalitário e os agentes considerados opressores da natureza humana e monopolizadores da cultura.

Na opinião de Dewey (1970), a cultura concebe e gera a liberdade política. Isto é, não haveria liberdade política espontaneamente, seria preciso que a formação cultural, por meio da educação, incutisse no indivíduo e na sociedade o valor da democracia. Não haveria, por conseguinte, democracia sem cultura e educação. A cultura, para Dewey, teria o poder de modelar os padrões de pensamento e ação, por isso, ocupou lugar de destaque na obra do filósofo. Ao mesmo tempo, a liberdade política é acompanhamento por fomentar o desenvolvimento e a democratização da cultura num ambiente de liberdade e consequência da cultura; também é consequência, pois, a formação advinda da cultura e da educação promove a emancipação humana.

Dewey (1970) contestou aquilo que chamou de posição extrema de Hobbes. A completa liberdade destinada à natureza humana seria algo negativo para o filósofo. O estado de natureza, em seu estágio bruto e rude, levaria à barbárie. Nesse sentido, Dewey criticou a ideia de natureza humana de Hobbes e rejeitou a tese segundo a qual a natureza humana é vista estritamente como antissocial.

> *Poucos são hoje os que sustentam a posição extrema de Hobbes*, segundo a qual a natureza humana é tão inerentemente antissocial, que somente a experiência das más consequências da guerra de todos contra todos, que reinou *quando a natureza humana teve completa liberdade, leva os homens sob o motivo de medo, a se submeter à autoridade – a natureza humana mesmo então permanecendo tão intratável* que a única

> garantia de segurança contra seus instintos de pilhagem é a *sujeição à soberania*. Mas não é raro encontrar *em livros de sociologia o problema básico formulado como se fosse o de catalogar e analisar agências pelas quais o indivíduo é domesticado, ou "socializado"*. A principal *diferença entre tais escritores e Hobbes* está no fato de que se dá *menor ênfase à simples pressão política*, reconhecendo-se que *há tendências na natureza humana original que a tornam dócil a regras e regulações sociais* [...]. Cada um é livre enquanto suas ações não restringirem a liberdade de outros [...]. Era resolvida por *um princípio formal da lei*, como do *igual direito* de qualquer indivíduo mentalmente são de certa idade a entrar em *relações contratuais com outros* – pouco importando se as condições estabelecidas davam a ambas as partes *igual liberdade de ação*, ou *faziam do contrato "livre" uma forma de prisão* (Dewey, 1970, p. 120-121, grifos meus).

Hobbes, na análise de Dewey (1970), propugnava que a natureza humana deveria ser educada pela guerra e violência. A submissão à autoridade e a sujeição à soberania são apresentadas como as alternativas disponíveis para os indivíduos se verem livres da barbárie. A concepção de natureza humana hobbesiana foi vista como algo intratável, bruta e não transformada.

Indagou-se Dewey (1970) sobre como "domesticar" e socializar os indivíduos sem recorrer à sujeição e à submissão. Ao rejeitar os argumentos de Hobbes, Dewey não compartilhou da sua visão sobre a natureza humana, nem de seu incentivo à sujeição e à submissão dos indivíduos. A filosofia de Hobbes se converteu numa defesa da autoridade e da soberania, cerceando, desse modo, a liberdade dos indivíduos. A alternativa de Dewey para responder à pergunta seria pela via da educação e da cultura. Dewey questionou até mesmo a legitimidade do contrato social de Hobbes. O contrato social seria realmente livre? Ou melhor, ele seria uma expressão da liberdade plena dos indivíduos? Frequentemente os indivíduos não estão movidos pela sua liberdade quando da firma dos seus contratos. Por isso,

Dewey (1970) criticou o contrato social por não representar a liberdade de ação dos indivíduos, mas a sua dominação.

John Dewey (1970) examinou os chamados fatores que seriam determinantes para a cultura. Constatou que, na modernidade, havia se estabelecido um *monismo* em relação à cultura. Isso consistia em compreender o determinismo econômico sobre todas as dimensões da vida humana, inclusive o aspecto cultural. Nas palavras de Dewey (1970, p. 107), "o exemplo atual mais óbvio é o da crença de que as condições econômicas são em última análise as forças que governam as relações humanas". No Iluminismo, por exemplo, acreditava-se que "a opinião dominante dava a supremacia final à razão, ao avanço da ciência e da educação" (Dewey, 1970, p. 107).

A obra de Adam Smith, *Wealth of Nations*, foi citada por Dewey para rejeitar o argumento em defesa da economia política. De certa forma, seria correto sustentar que Smith favoreceu o argumento da "moda da explicação econômica" (Dewey, 1970, p. 107). Coube a Smith, de acordo com Dewey, "acabar com a subordinação [da economia à política]" (Dewey, 1970, p. 107). Desse modo, Smith, na visão deweyana, contrapor-se-ia ao

> [...] período grego, [pois], vemos que Aristóteles dá ao fator político tal poder de controle, que todas as atividades econômicas normais são relegadas para a casa da família, de modo que toda a prática econômica moralmente justificável é literalmente doméstica (Dewey, 1970, p. 108).

Smith mostrou como a economia passou a ser o fator determinante da vida humana em todas as suas dimensões. Mas, principalmente, o autor citado por Dewey indicou que a economia não se sujeitava aos ditames da política. Com efeito, a economia determina a política e não o contrário. Isso certamente acarretou implicações para a cultura e para a democracia. A cultura e a democracia, segundo as ideias deweyanas, estão intrinsecamente conectadas, por isso, "devemos nos libertar das ideias que nos levam a crer que as condições democráticas mantêm-se automaticamente por si mesmas,

ou podem ser identificadas ao cumprimento de prescrições postas numa constituição" (Dewey, 1970, p. 127).

Nesse prisma, a democracia, para ser efetiva, depende de certas condições culturais. Dewey (1970, p. 128) se deteve na análise do estado totalitário, do fascismo e daquilo que chamou "fé nazista". Mostrou ter sido um movimento de descrédito da democracia que ludibriou e manipulou de forma hábil as massas populares com o favorecimento do totalitarismo e das ditaduras. A democracia foi substituída pelo ódio e por outras crenças. O totalitarismo foi comparado por Dewey (1970, p. 128) a uma "doença da qual não estamos inumes". Os valores democráticos estariam sendo minados. Portanto, a causa da erosão dos valores democráticos "leva-nos até a não ver argueiros em nossos próprios olhos tais como nossos próprios preconceitos raciais" (Dewey, 1970, p. 128). A permanência dos indivíduos em seus preconceitos raciais, às vezes inconscientes, mostra a instalação de crenças baseadas no ódio que constituem o indício do declínio dos valores democráticos e o germe do totalitarismo e das ditaduras baseadas no autoritarismo. O contexto histórico da década de 1930, período no qual Dewey publicou os textos em questão, recebeu reflexões elaboradas pelo filósofo.

Lenin foi citado por Dewey para examinar os temas revoluções e práticas políticas autoritárias. Argumentou: "nada mais exasperante e mais ressentido do que despertar certos impulsos e tendências [especialmente nos jovens], e depois, procurar frear-lhes a manifestação" (Dewey, 1970, p. 128). Dewey se referia à transformação do ideário revolucionário numa prática política autoritária. Ao citar textualmente Lenin, endereçou sua análise à revolução bolchevique que originou a União Soviética. A revolução traria como consequência a reação. Não se pode pensar numa revolução que não trouxesse consigo a sua reação ou aquilo que, comumente, chamou-se de contrarrevolução. Representando os contrários à revolução, os partidários da reação lutariam para instalar uma nova ordem social, política, cultural, artística e econômica.

Esse movimento seria uma reação à ordem revolucionária instalada que abrangeria, igualmente, todos os setores da vida social, particularmente

a cultura. Dewey (1970, p. 130) concordou com a afirmação de Lenin de que "as revoluções são autoritárias", pois para conter adversários e opositores e sustentar-se politicamente, a revolução precisaria recorrer ao autoritarismo. Então, nesse aspecto, Dewey concordou com Lenin, embora tenha discordado das razões leninistas. A revolução seria autoritária, para Dewey, pois que trairia a si mesma, demonstrando não ser possível viver numa desordem permanente e, sobretudo, porque pretendia controlar a vida social e a liberdade dos indivíduos, aproximando-se, assim, do totalitarismo ou da ditadura.

A esse respeito é interessante assinalar como a revolução russa procurou criar uma cultura e uma arte revolucionárias, controlando, desse modo, essas dimensões da vida social e individual. A arte e a cultura precisariam estar de acordo com o arbítrio dos líderes revolucionários. Por exemplo, isso levou à rejeição da "arte degenerada" pelos nazistas e da "arte burguesa" pelos comunistas. Em particular, sobre o caso da revolução russa, o documentário *Revolution: a New Art for a New World*, dirigido e produzido por Margy Kinmonth, representa um valioso recurso para compreender como a União Soviética procurou criar uma arte que transmitisse os valores revolucionários em defesa da criação de uma ordem social, econômica e política. Tal arte pretensamente objetivava se contrapor à arte burguesa do capitalismo e difundir os valores comunistas.

Para Dewey, a democracia depende de condições culturais, a ponto de ter afirmado:

> [...] poderia facilmente encher páginas com Thomas Jefferson insistindo sobre a necessidade de uma imprensa livre, de educação geral, de grupos de vizinhança locais a conduzir, por meio de reuniões e discussões íntimas, a direção dos próprios negócios – para que a democracia se tornasse segura (Dewey, 1970, p. 132).

Nesse viés, a democracia não pode ser vista como uma "simples teoria" defendida por "ingênuos devotos" (Dewey, 1970, p. 132), pois que

supõe a existência de instituições democráticas garantidoras da sua efetivação. Dentre as quais nenhuma se equipararia à importância da escola pública, que seria a principal instituição a fomentar a democracia como valor universal para a vida social.

> Depois de um século da crença de que o sistema de Escola Pública, pela própria natureza de seu trabalho, estava destinado a ser o que seus primeiros apóstolos chamavam um 'pilar da república' – estamos verificando que tudo a respeito das escolas públicas – seus órgãos oficiais de administração, organização e controle, a condição do magistério, as matérias ensinadas e os métodos desse ensino – cria problemas, e que esses problemas, no que diz respeito às relações da escola com as instituições democráticas, têm sido esquecidos. Na realidade a atenção que lhes tem sido dada, de vários pontos de vista técnicos, é uma razão para se obscurecer a questão central (Dewey, 1970, p. 134).

Dewey argumentou sobre o fato de a escola pública ter sido concebida como sistema de ensino e como uma força motriz para a república. Apesar da sua importância para a efetivação da democracia, ela tem sido esquecida e negligenciada pelo poder político. Como se pode ter uma república que seja verdadeiramente democrática se a escola pública, com seus importantes problemas, permanece ignorada? O esquecimento dos problemas que afetam a escola pública é um sintoma do quão distante está a sociedade de uma autêntica democracia. Quanto mais a escola pública é ignorada, menos próxima está a república de ser uma verdadeira democracia.

Como já se afirmou, segundo Dewey (1970, p. 103), "a literatura, a música, a pintura, o teatro, a arquitetura têm qualquer íntima conexão com as bases culturais da democracia". Mesmo os pretensos democratas se recusam a admitir que a cultura e as artes têm uma função importante para a democracia. As artes não podem ser consideradas apenas "adornos de cultura" (Dewey, 1970, p. 103), visto que "são coisas de cujo gozo todos devemos partilhar, se a democracia é real" (Dewey, 1970, p. 103). A efetivação da democracia depende de partilhar as artes, isto é, de torná-las acessíveis a

todos. Mais do que isso, partilhar as artes levaria ao gozo estético de todos. Isso supõe dizer que as classes populares poderiam se apropriar dos bens culturais e artísticos, decifrando-os e extraindo-lhes o significado.

Essa orientação se contrapõe ao entendimento aristocrático da arte. Ser capaz de compartilhar os bens culturais e artísticos, de democratizá-los, é uma característica de uma democracia real. Por outro lado, a concentração da cultura nas mãos de uma elite indica o quão distante se está de uma democracia. Para avaliar se um estado é realmente totalitário bastaria investigar sobre o estado das artes e da cultura na sua sociedade. Pois, nos regimes totalitários,

> [...] o teatro, o cinema, a sala de música, até a galeria de pintura, a eloquência, as paradas populares, os esportes comuns, as agências de recreação, todos foram postos sob controle, como parte dos serviços de propaganda, pelos quais a ditadura se conserva no poder sem ser considerada opressora pelas massas (Dewey, 1970, p. 103).

Portanto, deve-se evitar que os meios culturais e artísticos sejam controlados pelo Estado. Antes do estado totalitário monopolizar todas as esferas da vida social, incluindo as artes e a cultura, a Igreja o fazia. O estado totalitário substituiu o lugar ocupado pela Igreja medieval, por exemplo. Da mesma forma como o estado totalitário e as ditaduras procuraram controlar as canções e censurar as artes, a Igreja também o realizou para defender sua influência social e o seu controle sobre as classes populares (Dewey, 1970, p. 104).

Após o predomínio da "escola clássica da teoria econômica" (Dewey, 1970, p. 110) que defendia o

> Interesse próprio como a principal força motivadora do comportamento humano; ideia ligada, no seu aspecto técnico, com a noção de que prazer e dor são as causas e os fins em vista de toda conduta humana consciente, pelo desejo de obter uma e evitar a outra.

Nota-se o retorno do papel da economia e do Estado. Conforme Dewey (1970, p. 110), no contexto histórico de suas publicações, havia um "amor ao poder". Nesse sentido, a busca pelo sucesso e pelo aumento de poder levou a ascensão dos estados nacionais, do nacionalismo e da força militar.

A política daquela época foi entendida como a "política de força" (Dewey, 1970, p. 110). Dessa forma, a "ética do poder" passava a se sobrepor "a uma suposta ética cristã do sacrifício" (Dewey, 1970, p. 110). Diante do exposto, Dewey encontrou a justificação da passagem do ideário da ética cristã do sacrifício para a ética do poder em autores como Darwin e Nietzsche. A ética do poder era "uma interpretação da luta darwiniana pela existência e sobrevivência do mais apto [que] foi usada como apoio ideológico" (Dewey, 1970, p. 110). No que concerne ao filósofo, alegou: "alguns escritores, notavelmente Nietzsche (embora não na forma frequentemente alegada), propuseram uma ética do poder em oposição a uma suposta ética cristã do sacrifício" (Dewey, 1970, p. 110). Portanto, no contexto da produção deweyana com a hegemonia da ética do poder, baseada na potência do indivíduo, na sua busca pelo prazer e pela sobrevivência do mais forte, percebia-se uma afirmação da natureza humana e de interação com condições culturais que favorecessem a sua transformação de acordo com seus interesses e propósitos.

Dewey confrontou a tradição liberal norte-americana e inglesa fundada no valor da liberdade e do indivíduo com o pensamento de Hegel. Para Dewey, havia uma diferença entre "a fonte e o fundamento" da liberdade na tradição anglo-saxônica, que se encontrava na "própria natureza da individualidade" e na tradição da Europa continental segundo a qual a ideia de liberdade se fundava nas "ideias de racionalidade" (Dewey, 1970, p. 117). A filosofia de Dewey sobre a natureza humana evidenciou uma posição intermediária entre essas duas tradições, como explicou: "são livres os que se governam pelos ditados da razão; aqueles que seguem as solicitações do apetite e dos sentidos são de tal modo governados por eles, que não são livres" (Dewey, 1970, p. 117). A liberdade, na abordagem

deweyana, não é uma benesse da natureza do indivíduo, mas uma árdua conquista da razão. Ponderou o filósofo:

> Por isto foi que Hegel na mesma ocasião em que estava a glorificar o Estado, escreveu uma filosofia da história, de acordo com a qual a marcha dos acontecimentos históricos partia do Estado despótico do mundo oriental, em que apenas um era livre, para a era que alvorecia na Alemanha, no mundo ocidental, na qual *todos* eram livres (Dewey, 1970, p. 117, grifo do autor).

A Alemanha totalitária foi contraposta por Dewey (1970) em relação aos Estados democráticos. A liberdade, na análise deweyana, desapareceu no totalitarismo alemão. Mais do que isso, Dewey alegou o uso da "tradição continental", da "liberdade dentro da lei", da "tradição clássica" e da "lei e razão" para justificar a perda da liberdade na Alemanha totalitária, "nada tem a ver com a liberdade", pois "afirma a impossibilidade de condições livres para determinarem a própria lei" (Dewey, 1970, p. 118). Essas características presentes na Alemanha da época apontavam na direção do "Estado totalitário" (Dewey, 1970, p. 118).

Segundo Dewey (1970), a cultura deve ser livre para que as instituições políticas também sejam livres e democráticas. Toda a visão de cultura compartilha de uma compreensão sobre a natureza humana, a qual, por sua vez, tem a forma determinada pela interação com as condições culturais. Ademais, a natureza humana não é estanque: ela é parte inata e parte modificada pelas condições culturais. A natureza humana interage, isto é, modifica e é modificada por essas condições. Portanto, é preciso não só examinar os conflitos e acordos entre a natureza humana e as condições cultuais, assim como verificar os efeitos dessas interações sobre a natureza humana e as condições culturais.

Considerações finais

A noção de cultura elaborada por Dewey foi analisada neste estudo com base em duas obras de peso do filósofo norte-americano: *Democracia e Educação* e *Liberalismo, Liberdade e Cultura*. Na primeira parte da investigação se abordou o tema cultura como objetivo da educação. Ao lado da eficiência social, a cultura figura como um importante objetivo educacional no bojo da pedagogia deweyana. Para tratar do assunto, Dewey afrontou as ideias de pensadores que o influenciaram, como comentado, Rousseau, Hobbes, Kant, Hegel, Jefferson, Smith e Darwin. A preocupação central foi com as ideias Rousseau, de quem Dewey extraiu a formulação do dualismo natureza humana versus cultura. Tais ideias rousseaunianas foram confrontadas com as formulações de Kant e enriquecidas com o instrumental de análise advindo dos conceitos dos referidos filósofos.

Simultaneamente, Dewey incorporou e criticou algumas ideias de Rousseau, embora tenha concordado com este ao identificar a presença de agentes corruptores da natureza humana, com destaque para o Estado e a Igreja. Assumiu, por isso, que esses agentes seriam fatores que inviabilizariam e até mesmo corromperiam a natureza humana. Apesar dessa consonância, Dewey não assumiu o endosso rousseauniano à natureza humana com algo "rude", "cru", ou "não elaborado". Para Dewey, a natureza humana transforma e é transformada pela cultura. Portanto, não é algo monolítico ou estanque, mas em contínua interação com a cultura, promovendo uma transformação mútua. Por essa razão, a cultura não pode ser investigada à parte da natureza humana. Na visão deweyana, coube a Rousseau o mérito de jogar luzes pela primeira vez no antagonismo entre natureza humana e cultura. Mas Dewey não chegou a uma negação radical da cultura, como fez Rousseau. A leitura deweyana de Rousseau foi mediada pela apropriação e interpretação das ideias de Kant e Hegel, isso fez com que Dewey recuperasse o papel da cultura na formação humana e na política.

A cultura, para Dewey, estaria inserida em uma dinâmica de eficiência social. Dito de outro modo, ela serviria para melhorar a vida do indivíduo e da sociedade. A natureza humana dependeria de interações com

as condições culturais para se transformar e se desenvolver. Não se trata de defender a natureza humana encerrada em si mesma, mas em interações permanentes com a cultura. A partir dessa premissa, Dewey rejeitou a tese de Hobbes, segundo a qual não restaria ao indivíduo uma alternativa que não se submeter e a se sujeitar à autoridade que usaria a violência e a guerra para evitar a barbárie do estado de natureza.

Nesse sentido, para Dewey, a transformação da natureza humana ocorre por intermédio da cultura e da educação, e não pela submissão e sujeição à autoridade. A cultura não seria um privilégio das elites, algo estritamente espiritual e intimista, para o deleite e a fruição das classes abastadas por ser uma necessidade para a vida de todos os indivíduos e da sociedade. O dualismo da cultura erudita e cultura popular também foi rejeitado por Dewey. Embora seja possível o constatar na vida social, os bens culturais e artísticos deveriam ser partilhados entre todos os indivíduos. Com isso, há uma rejeição de uma concepção elitista e aristocrática de cultura enquanto a cultura popular também é defendida em sua legitimidade. Por seu turno, a cultura não seria algo inerte e fixado, mas estaria numa transformação contínua por meio da interação humana.

Algumas implicações políticas das condições culturais podem ser extraídas para a democracia. Para Dewey, a cultura deve ser livre e igualmente ser causa e consequência da liberdade política, a qual seria gerada e sustentada pela cultura livre. Por isso, a noção de cultura forjada por Dewey contrasta com toda forma de elitismo e aristocracia. Além de ter salvaguardado a importante função das instituições democráticas como garantidoras da cultura livre e da liberdade política. A liberdade não seria absoluta ou irrestrita, mas uma consequência do uso da razão e de escolhas éticas e morais bem fundamentadas em leis garantidoras da democracia e da própria liberdade.

A manipulação da cultura e das artes pelo estado totalitário e pelas ditaduras também foi denunciada por Dewey. Ao promover vínculos e associações entre os indivíduos em uma sociedade, a cultura e as artes podem ser utilizadas como formas de justificação do totalitarismo e da ditadura. Ao atuarem para convencer as massas populares, o estado

totalitário e as ditaduras usam a cultura e as artes como meios de propaganda do regime. Isso é o contrário do preconizado por Dewey, para saber o grau de democracia ou de falta dela em uma sociedade bastaria inquirir sobre o estado da cultura e das artes no seu interior. Por outro lado, a escola pública, no projeto da pedagogia deweyana, seria uma agência cultural indispensável para a vida democrática. Nesse espaço, os indivíduos seriam formados em uma cultura democrática.

Em um tempo de crise da democracia, em que novas gerações se sentem seduzidas por ideias autoritárias, ditatoriais e até mesmo totalitárias, revisitar a obra de Dewey compreende um exercício inspirador que pode revitalizar a crença nos valores democráticos. A democracia não é algo automático ou espontâneo em uma sociedade, pois depende de condições e de instituições para a sua efetivação. Mais do que isso, a democracia requer uma cultura democrática em que todos se responsabilizem por ela e a assumam como a única forma de vida digna dos seres humanos.

Referências

CUNHA, Marcos Vinicius. *John Dewey*: a utopia democrática. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DEWEY, John. *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DEWEY, John. *Democracia e educação*: introdução à filosofia da educação. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979a.

DEWEY, John. *Experiência e educação*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979b.

DEWEY, John. *Liberalismo liberdade e cultura*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

DEWEY, John. *Reconstrução em filosofia*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da história*. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 2008.

KANT, Immanuel. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. São Paulo: Iluminuras, 2009.

KANT, Immanuel. *Ideia de uma história de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

REVOLUTION: a new art for a new world. Produção de Margy Kinmonth e Maureen Murray. Direção de Margy Kinmonth. London: Foxtrot Films, 2016. 1 vídeo (75min.), son., color. Disponível em: https://youtu.be/H60d5cuEnI4?si=vv_A9rU9X9n39M-. Acesso: 11 mar. 2025.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Brasília: Ed. UnB, 1989.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social*: princípios do direito político. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Data de registro: 29/04/2025

Data de aceite: 24/09/2025